

sobre tudo

O MUNDO DO TRABALHO: AS MUITAS FACES DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Marcus Aurelio Taborda de Oliveira¹¹

Resumo: Valendo-me da narrativa autobiográfica, trato de alguns aspectos que considero marcantes na minha atuação como professor de Educação Física durante as décadas de 1980 e 1990, no Paraná. Partindo das experiências como estagiário no Curso de Licenciatura em Educação Física da UFPR, percorro um conjunto de experiências como docente de escolas públicas e privadas, as quais antecederam e demarcaram a minha atuação como docente do ensino superior.

Palavras-chave: narrativas autobiográficas; trajetória profissional; histórias de vida; docência; Educação Física.

Abstract: Using the autobiographical narrative, I treat some aspects that I consider remarkable in my performance as a Physical Education

¹¹ Pós-Doutor pela Universidad de Múrcia, na Espanha, e pela Università degli Studi di Torino, na Itália. Professor do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: marcustaborda@pq.cnpq.br

teacher in the 1980s and 1990s, in Paraná. Starting with my work as a trainee in the Physical Education Undergraduate Course at UFPR, I show a series of experiences as a teacher in public and private schools, the which certainly marked my performance as a teacher of higher education.

Keywords: autobiographical narratives; professional trajectory; life stories; teaching; Physical Education.

Introdução

O texto que segue é uma narrativa autobiográfica. Valendo-me dos resultados de um trabalho acadêmico defendido em 2018, exploro fragmentos da memória da minha atuação como professor de Educação Física no Paraná, durante a década de 1980 e o começo da seguinte.¹² Tratando-se de uma narrativa, optei por não tecer considerações de caráter teórico-metodológico. Nem por isso deixei de ser influenciado por um conjunto expressivo de relatos biográficos ou autobiográficos. Mas considerei que, sendo a memória a fonte privilegiada, menos importante seriam, aqui, reflexões sobre os seus usos, perigos, abusos e fascínios, embora a literatura sobre o tema seja vasta. Dada a natureza da publicação, e a iniciativa dos organizadores, intuí que seria mais significativo *intercambiar experiências* com colegas professores daquele tempo, que podem ter experimentado situações como as que eu vivi. Ou, mostrar para jovens professores em formação ou início de carreira, as delícias, os prazeres, as dores, as frustrações de quem, ainda muito jovem, acreditou que o

¹² Trata-se do memorial intitulado *Corpo, trabalho, formação*, por mim produzido e apresentado no concurso para professor titular da Faculdade de Educação da UFMG, em novembro de 2018.

corpo era um vetor privilegiado de formação. Com pouco suporte teórico, adepto da tentativa/erro, muito do que fiz como professor de Educação Física, para o bem ou para o mal, partia de dois entendimentos básicos: educar é andar junto, andar com, é partilhar a existência. É um ato dialógico por excelência. E os corpos, na sua polissemia e multivocalidade, oferecem todo tipo de oportunidade para que a experiência do estranhamento possa produzir a nossa capacidade empática. Sobre esses pressupostos, um tanto intuitivamente, exerci muitas das faces do professor de Educação Física.

Ser trabalhador: do *office-boy* ao professor

O mundo do trabalho não me era estranho, pois eu conheci a rotina da labuta desde a infância, seja nos afazeres domésticos ou no trabalho como *office-boy*. A novidade a partir de 1982 foi o começo da minha atuação como professor. Eu contava 17 anos de idade quando tive as primeiras experiências como docente. Uma das boas vivências do meu curso de Licenciatura em Educação Física, feito na UFPR, foram os estágios, fossem os regulamentares ou aqueles ainda sem vinculação acadêmica. Nas Práticas de Ensino que desenvolvi durante o curso, pela primeira vez atuei como “professor” em escolas públicas, o que me entusiasmou bastante. Nenhum dos professores que eu tive acompanhava os estágios, o que me permitiu trabalhar com muita autonomia em consonância com os projetos de cada escola onde atuei. Eu preferia aquela liberdade que me gerava alguma insegurança, pois tudo era novo para mim, àquele esquema burocrático planos de aula/cumprimento de metas/“metodologização” da vida. Dessa forma, aprendi muito e pude experimentar os limites que o modelo esportivo de aulas de Educação Física, então vigente, representava para a formação, embora

não tivesse condições de ir muito além dele. Outras experiências iniciais importantes foram a participação no Centro Rural Universitário de Ação Comunitária – CRUTAC, e no Projeto Rondon. No primeiro, atuava “ensinando” professoras do interior do Estado do Paraná, normalmente em zonas rurais, como deveriam ministrar aulas de Educação Física, uma vez que não tinham formação para isso. Em relação ao Projeto Rondon, participei do Campus Avançado da UFPR em Imperatriz do Maranhão, uma vivência sob todos os pontos de vista muito enriquecedora.

Estagiei, ainda, por iniciativa própria, no SESC e no Instituto de Assistência ao Menor – IAM, em diferentes unidades em Curitiba e sua Região Metropolitana. No SESC atuava como monitor de atividades esportivas, o que não me empolgava, embora a remuneração fosse interessante. No IAM, que funcionava de acordo com a política da FUNABEM, tive um verdadeiro curso sobre a vida danificada. Atuei, ali, em diferentes unidades: a Guarda Mirim, o Lar Hermínia Lupion, para meninas, e na unidade de Campo Comprido, para menores infratores em regime de semi-internato, todos homens. Basicamente eu deveria desenvolver atividades esportivas, mas as peculiaridades daquele ambiente, estranho para quem evocava constantemente a liberdade, me levaram a todo tipo de experimentação. Muitos daqueles alunos e alunas, além da situação de extrema pobreza, e muitas vezes, do abandono, demonstravam um desprezo total por eles mesmos e pelos companheiros, o que explodia nos seus corpos. Agressividade, violência, rituais os mais variados, ócio, demarcavam a sua experiência naquele ambiente que se pensava “educativo”. Na unidade de Campo Comprido, em especial, tive experiências marcantes. Em uma delas, quando chegava ao trabalho na tarde de um sábado junto com um colega, flagramos um aluno sendo agredido pelo então diretor da unidade, que funcionava com uma rígida estrutura militar, embora não o fosse. Aquele aluno, de quem omito o nome, jogava no time de

futebol que eu coordenava e era um ano mais velho que eu. Apesar de mais velho que a maioria dos colegas, era tranquilo, afável, muito tímido, mas descontraído. Adorava o futebol de salão e passava horas me contando sobre os seus projetos para quando saísse dali, pois sonhava ser jogador. Motivo não lhe faltava, pois era, de fato, excepcional na prática esportiva.

Aquelas conversas muitas vezes foram recriminadas por algum dos diretores e/ou funcionários, que atuavam como uma corporação que eu considerava mafiosa: agrediam e expunham os alunos, fomentavam a discórdia entre eles, exigiam favores pessoais como lavar roupas, engraxar sapatos ou lavar carros. Mais de uma vez fui advertido a não “dar trela” aos alunos, pois alguns deles eram “perigosos e traiçoeiros”. Também não devia me meter com as regras do lugar. Nunca senti medo de trabalhar ali, e nunca me senti traído por qualquer um daqueles alunos, mesmo aqueles que eram evidentemente mais agressivos, com os quais às vezes precisava exercer uma autoridade que eu não sabia de onde vinha. A convivência que tínhamos com eles oscilava de uma indiferença respeitosa a uma ligação fraternal.

Tendo flagrado a agressão física, pois haviam deixado uma porta aberta, decidi conversar com o diretor, com quem considerava ter uma boa relação. Ele me recebeu de maneira tranquila e disse que aquele fora um episódio esporádico. Dera-se porque o aluno havia tentado agredir um funcionário. Como se tratava de um aluno mais velho, “muito forte e perigoso”, a única alternativa que teria restado ao “comando” fora puni-lo exemplarmente, pois os outros castigos não surtiam mais efeitos com ele. Mais de uma vez reiterou que aquela não era uma prática do Instituto. Depois das explicações devidas, me exortou novamente a não interferir na dinâmica interna da instituição, pois eu não sabia com quem estava me metendo. Eu tinha mais medo daqueles funcionários que atuavam no submundo,

intuíva, do que dos alunos que me pareciam claramente deserdados de qualquer perspectiva de uma vida digna.

Na semana seguinte, reuni o grupo de alunos com o qual eu trabalhava, sem a presença do aluno punido, que estava “recolhido ao seu alojamento”. Era um eufemismo para o fato de estar preso e sem contato com os colegas. Os alunos me informaram, então, que aquela era uma prática comum ali, que eles poderiam apanhar por qualquer motivo, e que aquele aluno, em especial, apanhava com frequência, pois era insubordinado e questionava os desmandos dos funcionários. Fiquei sem saber como agir. Não sabia se denunciava, se voltava ao diretor, como protegeria os meninos. Conversei com o meu colega de universidade que, para meu desagrado, dizia que não deveríamos nos meter naquela rotina, mas tratar apenas dos esportes. Em casa ouvi o mesmo tipo de conselho, até porque se aqueles alunos estavam retidos, era porque tinham alguma culpa... Segui o meu trabalho, então, tentando oferecer aos alunos atividades corporais que fossem além do esporte. Adotei atividades recreativas, de respiração e até mesmo massagens, na expectativa de que aquilo representasse para eles um caminho de autoconhecimento e de solidariedade com os colegas. Eles amavam jogar futebol, e inicialmente reagiram aos meus intentos, mais com indiferença do que com agressividade. Vali-me então, daquele aluno mais velho que tinha uma grande influência sobre os demais, e com quem eu me relacionava muito bem. Com muito diálogo conseguimos, gradativamente, adotar uma variedade de práticas corporais, sem comprometer a prática do futebol. O que retenho daquela experiência, que chegou a ser elogiada pela assistente social da instituição, é a explosão de alegria, um tipo de libertação e conagração que tomou conta daqueles alunos. A tal ponto que a atividade, que era de livre opção dos internos, passou a contar com muitos outros meninos, inclusive os que não jogavam ou gostavam do futebol. Eram tempos de antiginástica, bioenergética,

Do-in, somaterapia, Yoga e outras práticas absolutamente ignoradas no curso de graduação, mas com as quais eu tomara contato frequentando livrarias e as reuniões do movimento ecológico. Elas representavam para mim uma alternativa ao mundo esportivizado, e aquele Instituto foi, sem dúvida, um imprevisto laboratório para coisas que eu desenvolveria mais tarde, a partir da noção de corporalidade.¹³

Certa feita fui chamado em um canto por um pequeno grupo de alunos. Era uma sexta-feira e eles me disseram para não ir trabalhar no sábado, pois haveria uma tentativa de fuga. Tentei ponderar, mas eles estavam resolutos. Além disso, discorriam sobre o evento com uma segurança que eu não possuía. No dia seguinte virou notícia na cidade a “rebelião” ocorrida naquele “educandário”. Muitos alunos fugiram, outros se amotinaram dentro dos edifícios, a polícia militar foi mobilizada, e eu me angustiava por imaginar o que eles estavam passando ou iriam passar. Na minha volta às atividades tudo era tratado como normal, como algo próprio da rotina daquele lugar. O diretor veio até mim e fez questão de reafirmar que aqueles alunos, na sua maioria, não eram pessoas confiáveis. Poucas semanas depois as atividades esportivas foram suspensas com a alegação de que os alunos precisavam uma punição. Os nossos contratos foram

¹³ Aquela prática pedagógica só seria teoricamente refletida a partir da minha entrada na UFPR, como docente, em 1995. Como professor de Metodologia e Prática de Ensino de Educação Física, eu já me alinhava com uma perspectiva que não era exatamente antiesportiva, mas que questionava o primado do esporte como conteúdo privilegiado nas aulas. Mais: advogava, desde aquelas experiências do começo dos anos 1980, que os conteúdos escolares eram um meio de formação, e não um fim em si. A partir das minhas experiências docentes desenvolvi uma compreensão sobre a corporalidade, sobre a qual eu discorri em dois trabalhos que viriam a ser publicados em TABORDA DE OLIVEIRA (1999; 2003).

rescindidos. Nunca mais tive notícias do aluno que poderia ter sido meu amigo.

Outra experiência marcante foi no Centro de Orientação e Controle dos Excepcionais de Curitiba, uma escola especial simpaticamente chamada *Tia Nilza*. Nela assinei meu primeiro contrato de professor efetivo, não como estagiário, ainda no começo de 1982. Na verdade, mal começaram as aulas na universidade eu já estava atuando naquela escola. Ali existia o cargo de professor de Educação Física, mas ele era muito mal remunerado, além de não ser disseminada a Educação Física para crianças e jovens deficientes ou excepcionais, segundo a linguagem da época. Logo, havia poucos especialistas no trabalho com aquelas peculiaridades. Fui contratado por indicação de uma tia, Regina, que trabalhava ali, após uma entrevista com a psicóloga e a diretora da escola. A escola atendia crianças e pré-adolescentes com deficiência mental de leve a moderada, muitos deles portadores de dupla deficiência. Ela se organizava à maneira de uma escola regular de educação infantil, mas com todo tipo de atenção especializada: psicóloga, médico, assistente social, coordenação pedagógica, estimulação precoce etc. Tinha uma estrutura de trabalho estimulante, com muitas professoras com grande experiência na educação daquelas crianças. Eu era responsável pelas aulas de Educação Física e, eventualmente, pela estimulação precoce dos bebês que ali chegavam. Atendia a uma comunidade diversa, mas a maioria dos seus alunos era oriunda de famílias muito pobres da periferia da cidade. Chegavam à escola sujos, com roupas puídas, de chinelos. Ali recebiam as refeições, cuidados médicos, inclusive neurológicos, além da educação formal. Ou seja, independentemente das atividades físicas, os corpos pulsavam naquele ambiente.

Embora tentasse seguir os preceitos didáticos que eu concomitantemente aprendia na universidade, aquela realidade se

mostrava rebelde. Com frequência o planejamento das aulas me escapava pelos mais variados motivos: espaço precário, material insuficiente, características peculiares dos alunos, que tinham todo tipo de limitação mental e/ou motora. Novamente aquele modelo da prescrição técnica das progressões pedagógicas se mostrava ineficaz. Mais ainda quando se tratava de ensinar com regularidade qualquer tipo de técnica esportiva. Passei, então, a tratar os corpos dos alunos como “material” por excelência. Novamente atividades de relaxamento, respiração, automassagem e muitas brincadeiras que estimulassem o autoconhecimento corporal. Adotei a música como um componente da aula, e alternava músicas estimulantes e relaxantes conforme o que esperava dos alunos. Se a música tinha um efeito tão acentuado sobre mim, por que não teria sobre aquelas crianças? Adotei, ainda, o contato corporal direto com os alunos, pois percebi que a maioria tinha corpos retesados, tensos, pois não estavam acostumados ao toque ou eram tratados com violência. Havia casos de alunos que eram amarrados pela família para que não fugissem ou “aprontassem”. Assim, eu lançava os alunos pelo ar, rolava com eles pelo chão, explorava todos os seus sentidos. Certamente daí viria o meu interesse pelos estudos dos sentidos e das sensibilidades, pois aqueles alunos normalmente tinham menos tabus estabelecidos quando comparados com os alunos tomados como “normais”. A exploração dos seus corpos, e dos de seus colegas, não constrangia. Ao contrário, eu precisava estar atento àquele ímpeto exploratório.

Entre as atividades que adotei nos longos anos que trabalhei naquela escola, duas me realizavam muito. Uma, também em evidência no período, era a matroginástica, que adaptei aos meus propósitos. Depois de tanto ouvir dos demais profissionais da escola sobre os problemas das crianças com as famílias, propus realizar aos sábados à tarde seções de matroginástica. Elas consistiam

basicamente em repetir as atividades que os alunos costumavam fazer nas aulas, mas na companhia dos familiares, preferencialmente os pais. Era muito interessante observar a reação dos pais, que pareciam descobrir, naquelas seções, os filhos que tinham, assim como a alegria dos alunos. Não fazíamos gincanas, competições ou coisas similares, apenas colocávamos os pais em contato corporal direto com os filhos, e as famílias umas com as outras.

A outra atividade que passei a adotar foram os passeios pela cidade. Observava o estranhamento de muitas pessoas quando dizia que trabalhava com “deficientes mentais”, como se aquilo fosse impossível. Ao mesmo tempo, a única experiência aberta da qual eles participavam eram os jogos das escolas especiais do município, que normalmente ocorriam em algum clube ou quartel da cidade. O que não era tão aberto, visto que quem frequentava esses eventos era um público que orbitava em torno daquele restrito universo educativo, profissionais ou familiares. Então, com frequência levava grupos de alunos para o único *shopping center* que existia na cidade naquele período, aos parques da cidade, à Rua XV, todos lugares com grande circulação de pessoas em sua rotina normal. Também, nessas atividades, tudo podia acontecer. Desde pessoas que tratavam as crianças como animais de estimação, outras que claramente tinham medo ou repulsa – afinal, eram crianças sujas, rasgadas, algumas inquietas, outras com o nariz repleto de ranho, algumas babavam, outras fediam, que exploravam cada milímetro da cidade naquelas andanças. Fui até acusado por uma senhora, dentro do *shopping*, de expor aquelas crianças ao público. Confesso que me alegrava aquele tipo de reação de pessoas que desprezavam o que é a plenitude da vida, o que é a vida dos pobres, economicamente, mas também a vida dos que são diferentes corporalmente. Aquela atividade, apoiada sempre pela escola, embora algumas professoras compartilhassem o mesmo mal-estar, tinha a dupla função de estimular as crianças e de

mostrar à sociedade que não eram bichos, ou seres monstruosos, como faz pensar a saga do homem-elefante (O HOMEM..., 1980). A situação daquelas crianças devia ser visibilizada para que deixassem de ser tratadas como um show de aberrações. O seu aspecto corporal significava, para muitos, um claro sinal de distinção social. Uma única vez organizei uma viagem ao litoral com alguns dos alunos mais jovens. Envolvi até a minha mãe na atividade, além de algumas funcionárias. Ela atuou como cozinheira. Não repeti a experiência pela quantidade de situações de risco que tivemos que enfrentar.

No entanto, usei aquela experiência como um dispositivo acadêmico. Nas aulas de Genética, na graduação, um professor se ocupava muito da questão da diversidade, como não poderia deixar de ser. Eu gostava quando ele reforçava que as pessoas são diferentes, têm expectativas, desempenhos e possibilidades diferentes, decorrentes da combinação entre as dimensões genética e cultural. Para mim era alentador, em um curso cheio de metas impessoais a cumprir, e de retóricas sobre a condição natural das nossas habilidades. Sabedor que eu trabalhava com crianças especiais, ele me propôs que fizesse uma apresentação dos meus alunos para os demais colegas. Com a anuência da escola e dos pais, em algumas oportunidades levei os alunos da escola Tia Nilza para as dependências do Setor de Ciências Biológicas da universidade, no Centro Politécnico. A atividade consistia em uma aula “normal” de Educação Física, observada pelos meus colegas do curso. Os resultados dessa atividade para mim foram ambíguos. Se, por um lado, eu achava que estava ajudando a quebrar tabus, por outro observei que naquele ambiente, para muitos universitários, aquelas crianças eram dignas de repulsa ou comiseração. Lembro de uma discussão com um colega que argumentava que, a despeito de todos os esforços empreendidos, aquelas crianças eram limitadas e estavam condenadas a serem sempre assim. Para ele, elas jamais teriam um alto desempenho

atlético ou esportivo, não fariam uma faculdade, e sempre seriam dependentes. De nada adiantava eu argumentar, inclusive com o apoio do professor da disciplina, que todos somos limitados de alguma maneira, e quem ou o que condenava o que parecia diferente eram os nossos estereótipos e preconceitos. Tampouco ele era capaz de entender quando eu respondia e dizia que muitos adultos eram dependentes, a começar por muitos daqueles atletas de alto desempenho que eram sustentados pelas suas famílias, embora fossem adultos. Eram discussões inócuas, às quais eu me lançava com fúria e muito preconceito de classe. Dialogando com o professor, que muito estimava e estimulava aquelas atividades, e que tentava me apaziguar reiterando que somos todos interdependentes, deixamos de realizá-las.

Muito aprendi com os profissionais daquela escola, inclusive que mesmo entre eles havia preconceito contra aquelas crianças ou a sua condição. Aquilo tanto ressoava para mim como indicativo de uma sociedade claramente organizada em classes, com seus privilégios, seus rituais de exclusão e desqualificação do outro, como ampliava os meus interesses pelo corpo como vetor de formação. Para quem não sabia muito bem por que cursava Educação Física, soava como um alento.

Teoricamente a genética não me encantava. Eu tinha um recôndito interesse pelos estudos neurológicos. Sentia uma curiosidade imensa em relação ao funcionamento neural e a como aquilo se integrava com as nossas manifestações corporais. Daí ter me aproximado da psicomotricidade, que começava a despontar no país. Porém, em alguns casos por casualidade, noutros por referências indiretas, conheci três obras que me impactaram muito naquele momento. Eram *Fenomenologia da percepção*, de Maurice Merleau-Ponty, *Microfísica do Poder*, de Michel Foucault e *Eros e Civilização*, de Herbert Marcuse, único dos três autores de quem eu já conhecia

alguma coisa. Era a senha que faltava para eu me dedicar integralmente às Ciências Humanas, sem abrir mão do fascínio que tinha pelos corpos e a suas possibilidades.

Em 1985 concluí a minha graduação. Já estava empregado na Escola Tia Nilza e, imagino que pela experiência adquirida no trabalho com crianças especiais, fui convidado para trabalhar no Centro de Reabilitação Sidnei Antonio – CRESA, que atendia crianças e adolescentes com deficiência auditiva, e na Associação de Pais e Amigos de Deficientes Visuais – APADEVI. Cheguei a imaginar que me especializaria no trabalho de pessoas com deficiência, e fiz cursos sobre o tema no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Paraná. O primeiro deles graças a generosidade de uma amiga querida, Sandra Urbanetz, que me financiou a viagem à Porto Alegre. Naqueles ambientes educacionais eu dava vazão às minhas experimentações conforme as possibilidades e disponibilidades corporais dos alunos. Como consequência dessas atividades, fui convidado pela Secretaria da Educação do Estado para trabalhar como professor nos cursos de Estudos Adicionais que aconteciam no Instituto de Educação. Eram como cursos de especialização para professores que trabalhavam ou iriam trabalhar em escolas especiais (as classes especiais ou qualquer outra forma de integração de alunos especiais às escolas regulares era uma das pautas daquele momento). Uma das minhas responsabilidades era ensinar a mobilidade dos cegos para os professores, algo que eu fazia na APADEVI, ensinando pessoas com deficiência a se mover pela cidade a pé ou no transporte público.

Porém, por algum motivo, as experiências anteriores com a ambiência das escolas regulares da rede pública impactaram-me a ponto de me aproximarem cada vez mais do campo pedagógico. Pelas trapaças da sorte fui convidado para trabalhar em dois colégios privados de Curitiba, um católico, a Escola Nossa Senhora da Assunção, outro espírita, o Colégio Lins de Vasconcelos. A primeira

atendia famílias de classe média, mas também muitas famílias de trabalhadores, tornando-se um ambiente que me seria familiar. Fui indicado para a escola pela minha irmã, que à época era secretária da Congregação franciscana mantenedora e, anos depois, se tornaria sua diretora. O segundo era frequentado por frações da elite curitibana e pela classe média endinheirada. Fui indicado pela diretora do CRESA, que era militante do PFL, uma das proprietárias das Faculdades Tuiuti, e mais de uma vez me convidara a fazer parte da Juventude Liberal, mesmo sabendo que eu era militante do Partidão. No Lins eu ministrava poucas aulas de Educação Física e era o responsável pelo desenvolvimento das aulas de Esporte, uma vez que atendia as turmas do período integral de 5ª. a 8ª., além de algumas turmas do ensino médio. Trabalhei ali por alguns anos e me desliguei quando adoeci. Da Escola Assunção só saí quando fui aprovado no concurso para a UFPR, em 1995, embora alguns anos antes tenha sido demitido e recontratado, em função de desavenças que tive com a direção da escola por conta de uma viagem com os alunos para o Rio de Janeiro.

Nos 13 anos que trabalhei naquela escola eu ministrei aulas de Educação Física do jardim de infância à 8ª série, sendo que cheguei a trabalhar com os mesmos grupos de alunos por 9 anos seguidos. Uma experiência fascinante, diga-se! Mas também dei aulas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira e História, para alunos entre a 5ª. e a 8ª. séries. No final da década de 1980, quando eu já gozava de certa autoridade naquela comunidade, propus à direção da escola a criação da disciplina de Filosofia para os alunos de 5ª. a 8ª. séries, em substituição à EMC e à OSPB. Entre as religiosas da ordem mantenedora da Escola, uma delas cursara Filosofia e com ela eu conversava sobre o legado de Merleau-Ponty, Sartre e o marxismo.

Ela me estimulou a colecionar *Os Pensadores*,¹⁴ e por ali li, pela primeira vez, Marx sem intermediários. Mas li, também, muitos outros autores, sempre movido por alguma curiosidade, como no caso das *Confissões*, de Santo Agostinho.

Como os alunos tinham aulas de religião, eu argumentava que eles deveriam ter, também, algum tipo de formação que tivesse a cultura como fulcro. As irmãs argumentaram, então, que “Filosofia” teria um peso que não condizia com a ideia de trabalhar aspectos ligados à cultura juvenil, à sociedade civil, à política. Sugeriram, então, que aquela nova disciplina se chamasse *Formação Humana*, nome que não me agradava. Mas como me encarregaram de formular os programas, aquiesci e passei a trabalhar com os movimentos sociais, a contracultura, a cultura juvenil etc. Líamos desde letras de canções, até manifestos políticos, passando por fragmentos de obras de pensadores importantes. Além disso organizávamos saraus de poesia e música, mostras culturais etc. As religiosas sabiam que eu era ateu e militava no PCB e nos sindicatos dos professores, o que nunca foi problema para elas. A ponto de eu levar membros Hare Krishna à escola para discutir com os alunos as suas motivações religiosas e o consumo de drogas, ou representantes dos mais diversos partidos políticos que se mobilizavam em torno da Assembleia Nacional Constituinte, de 1987.

Mas eu trabalhava, prioritariamente, com as aulas de Educação Física e conduzia equipes de futebol com alunos de diferentes idades. Éramos quatro professores de Educação Física e nos entendíamos muito bem no cotidiano, basicamente porque trabalhávamos de maneiras diferentes, com concepções diferentes, mas com muita autonomia, o que não causava problemas. O esporte era apenas um

¹⁴ Coleção brasileira lançada pela editora Abril Cultural no ano de 1973, publicando em seus números as principais obras da história da Filosofia.

dos conteúdos que eu desenvolvia, enquanto uma colega, por exemplo, só fazia aquilo. Não era um problema para nós e nos respeitávamos muito. Eu privilegiava a dança, algo pouco comum à época, as lutas, as atividades circenses, sempre pensando na variedade de possibilidades de manifestação corporal. O esporte, eu entendia, poderia ser trabalhado de maneira específica desde que fosse o desejo dos alunos. Daí a constituição de equipes que seguiam todo o ritual esportivo: treinos no contraturno, competições intra e extraescolares etc. Para mim eram claramente dois tipos diferentes de atividades, com potência formativa também diferente.

Mas entre as coisas que fazíamos, um conjunto de atividades se revestia de grande potencial educativo, segundo o meu entendimento. Eram os acantonamentos, com as crianças das séries iniciais, os acampamentos, com alunos de 7ª. e 8ª. séries, as viagens, passeios etc. Eu mantinha o entendimento de que formar é “trombar” com o mundo, o que fazemos com os nossos corpos, e organizava essas atividades com muito empenho, sempre com o apoio da escola, com a parceria de muitos colegas e com a anuência dos pais. Às vezes acampamos por 4 dias na Ilha do Mel ou na Serra do Mar, com grupos de até 50 alunos de ambos os sexos. Era muita aventura que pressupunha uma grande preparação, o que eu julgava muito formativo à época. Os alunos não iam como turistas, mas como membros de uma equipe que levantava acampamento, fazia a sua própria comida, construía os seus banheiros no meio da mata, e na qual todos cuidavam de todos. Eu sempre tinha colegas professores comigo, bem como alguns pais, que se tornaram parceiros frequentes. Como as iniciativas tinham um caráter formativo, as atividades podiam ir desde a observação do céu estrelado, conduzida por um professor de Matemática, passando por explicações sobre plantas e animais conduzidas pela professora de Ciências, até cuidados para andar na mata, nadar nos rios ou no mar, sempre tratados pelo professor de

Matemática e Desenho, com quem desenvolvi uma longeva amizade, que ainda perdura.

Mas coisas mais prosaicas como organizar as barracas, manter o acampamento limpo, revezar-se no preparo da comida, também compunham o rol de atividades que pensávamos contribuir para a formação daqueles adolescentes. Os acantonamentos com as crianças menores, realizados nos fins de semana no interior da escola, que possuía um espaço invejável, serviam como uma preparação para aquelas retiradas da “cidade”. O inconveniente, nesse caso, era que muitos pais passavam o fim de semana, inclusive as noites, empoleirados nos muros, “zelando” pela integridade dos seus “bebês”. Desse ponto de vista, sempre foi melhor estar longe das famílias...

Claro, em inúmeras daquelas situações nos deparamos com picadas de animais, uso de álcool ou drogas, o florescer da sexualidade ou acidentes naturais. Numa dessas atividades, no Rio Nhundiaquara, em Porto de Cima, no colo da Serra do Mar, chovia muito e expliquei aos alunos o perigo da cabeça d’água, decorrente da chuva no alto da serra. Orientávamos que eles não deveriam se aproximar das margens do rio, pois ele encheria de repente. Desejávamos que observassem tanto o rio enchendo, quanto o estrondo que se ouvia ao longe, quando a massa d’água descia arrastando tudo para, pouco tempo depois, tudo voltar ao normal. Era um fenômeno natural muito bonito, mas assustador para quem não o conhecia. Eis que uma aluna resolveu descer a barranca do rio, que contava mais ou menos 4 metros de altura, justamente quando começamos a ouvir a torrente ao longe. Foi um alvoroço só, pois não daria tempo de ela sair do leito do rio. Gritei para que um aluno que era muito lépido e tinha experiência com o escotismo, se lançasse ao encontro da colega. Enquanto ele corria, lançamos uma corda na sua direção. A ideia era içá-los pela barranca do rio. Ele, vendo que não haveria tempo em

função da subida do leito do rio, amarrou a colega em uma árvore numa ilhota, e aferrou-se aos seus galhos. A enxurrada cobriu os dois, para nosso desespero, e dos 40 colegas que haviam atendido as nossas recomendações e estavam seguros acima do leito. Segundos depois da passagem da cabeça d'água, lá estavam os dois, encharcados, ela assustadíssima, ele orgulhoso, para regozijo de todos. A aluna passou três dias pedindo desculpas e sendo consolada pelos colegas, enquanto nós professores, aliviados, tratávamos o ocorrido como uma lição. Hormônios em ebulição, corpos que se colocavam ativamente no mundo, parcerias que se revelavam. Cada vez mais ia se consolidando em mim a ideia de que a escola era importante, mas não suficiente. E que os corpos que nela pulsavam deveriam ter a oportunidade de se expandir para além dos seus rituais, em diálogo aberto com o mundo, com outros corpos.

A minha derrocada naquela escola coincidiu com a proximidade da minha entrada no ensino superior. Em uma viagem à Niterói para participar de um intercâmbio esportivo com outra escola daquela congregação, conduzimos dois ônibus com mais ou menos 50 alunos e uma dúzia de professores, inclusive a diretora da escola, que naquele momento não era uma religiosa, mas uma das professoras mais antigas. Durante o processo de preparação da viagem, que duraria 4 ou 5 dias, as professoras e a diretora pediram para acompanhar o grupo de alunos e professores “técnicos” das equipes. Como a nossa relação era muito boa – eu era ou fora professor de muitas das suas turmas –, consultei os meus colegas de área e achamos que não haveria problemas. Ledo engano! Quando os alunos saiam para eventos esportivos, se comportavam como membros de equipes esportivas. Cantavam, faziam trote nos mais novos, nada que extrapolasse o limite do razoável. Em uma das primeiras paradas dos ônibus, ainda no Paraná, um grupo de alunos entrou no ônibus das professoras cantando, para fazer o “bolinho” em dois colegas mais

novos, sendo que um deles era filho da diretora e estava ali por ela, pois não sabia nada de esportes coletivos. O outro era um garoto negro, de família pobre, bolsista da escola, excelente jogador de futebol. Ambos eram muito companheiros. No “bolinho” um grupo de alunos se jogava sobre alguém, isso independentemente de idade, peso, tamanho ou qualquer variável. Era um tipo de “brincadeira” que mimetizava o que acontece no futebol, quando uma equipe comemora um gol lançando-se sobre o seu autor. Como em toda brincadeira, as reações podem ser as mais diversas. Naquele caso, o aluno se assustou com a iniciativa dos colegas e começou a chorar, com a sua timidez singular. Foi o suficiente para eu ouvir todo tipo de impropérios da senhora diretora. Fui desagradável, pois batemos boca na frente dos alunos e dos demais colegas. Ela acusava aquilo de selvagem, eu argumentava que era uma brincadeira típica de excursões esportivas. Ela dizia que o aluno tinha sido agredido e ferido, eu contestava afirmando que ele tinha se assustado e estava bem. Ela dizia que ia me denunciar à direção da congregação. Eu afirmava que costumava assumir os meus atos. O resultado imediato foi que o grupo de professores se dividiu, ficando alguns do meu lado e a maioria do lado dela. Justamente a maioria que estava ali a passeio, com exceção de uma colega que, depois, foi decisiva para atenuar a minha punição.

A viagem transcorreu sem maiores percalços, até porque eu tive que conversar duramente com os alunos todos, sobre os quais, felizmente, eu tinha autoridade suficiente. Em Niterói, enquanto as professoras se hospedaram em uma casa e passeavam, os professores responsáveis pelos alunos estavam hospedados nas dependências do Colégio. Os alunos de Curitiba ficavam hospedados nas casas dos seus colegas fluminenses. As atividades corriam nas dependências do Colégio ou em lugares apropriados às atividades esportivas. Dali, em

consórcio com os colegas de Niterói, controlávamos os alunos nas competições, nas festas que organizávamos etc.

Eis que um dia recebemos um telefonema da diretora, desesperada, dizendo que o seu filho fugira da casa onde estava hospedado e fora encontrá-la, sozinho. Tendo ele em torno de 11 ou 12 anos, e estando em uma cidade estranha, aquilo era gravíssimo. Novamente fui acusado de irresponsável, inconsequente, por não ter controle sobre as crianças/adolescentes. Fiquei arrasado, pois achava mesmo aquilo uma grande irresponsabilidade. Mesmo alertado pela religiosa diretora da escola de Niterói que a responsabilidade deveria ser imputada à família receptora, eu me achava atordoado com a possibilidade daquilo ter ocorrido. Vendo o meu desalento, um ou dois dias depois uma colega me chamou e disse que eu deveria ficar tranquilo, pois tratava-se de uma armação. O aluno estivera desde o começo com a mãe, junto às demais professoras, porque não quis ficar na casa que lhe fora destinada. Logicamente, como se tratava da diretora da escola e da mãe do garoto, a família o liberou sem se preocupar em comunicar a direção local. Portanto, eu não tinha qualquer responsabilidade sobre o alegado “sumiço”. Assim, só quem estava na casa sabia que o guri estava lá. Diante da informação eu disse à minha colega que seria a palavra dela, me apoiando, contra a da diretora, que me acusava. Ela sorriu e me mostrou algumas fotos que fizera da piscina da casa, na qual o rapazinho se refestelava, cercado pelas minhas demais colegas. Ela me entregou as fotos e disse que estaria à disposição para o que fosse necessário, pois sabia que as consequências seriam duras.

E foram, mesmo! Antes mesmo de chegarmos em Curitiba, no retorno, a escola recebeu uma ligação não identificada que afirmava que um aluno havia ficado para trás em uma das paradas. Quando chegamos, havia uma multidão de pais nos esperando, o que era comum, mas também um número incomum de irmãs, entre elas a

madre superiora, que não atuava diretamente na escola. Ela veio até a mim sem nenhum tipo de lisura e, diante daqueles olhos curiosos e estupefatos, me perguntou que viagem tinha sido aquela, com tantos problemas. Precisávamos conversar! Perguntou, ainda, onde estava o aluno faltante. Eu disse que não havia faltantes, mas não sabia da tal denúncia. Ela, então, contou sobre o telefonema. Eu gelei, temi que fosse verdade. Mas o Luiz Dario reagiu imediatamente e disse “Então vamos conferir mais uma vez os alunos”. Como éramos muito metódicos naquela organização, não foi difícil verificar que estavam todos ali, sãos e salvos.

Dali mesmo a madre me convocou para uma reunião. Disse-me que havia sido informada pela diretora dos fatos, da minha irresponsabilidade etc., etc. Eu voltei a argumentar que foram atividades próprias de equipes esportivas, que ninguém se machucara e que o garoto tinha se assustado, pois era muito novo e frágil. Eu argumentava que aquilo era parte do processo de formação de todos nós e não era, assim, grave. Disse, ainda, que mudaria a conduta em relação àquele tipo de ritual dos alunos, o qual, sinceramente, eu considerava inócua, uma vez que o aluno que se sentira constrangido frequentemente participava da brincadeira “contra” outros colegas. Ela me repreendeu dizendo que aquilo não era postura de um professor, afirmando estar desapontada com o meu comportamento, uma vez que eu estava há anos na escola. Em seguida perguntou como eu podia ter perdido um aluno. Quando eu afirmei que aquilo era mentira, ela disse que teria que me colocar frente a frente com a diretora, pois alguém estava mentindo e aquilo era grave. Eu assenti em tom desafiador, dizendo que não tinha nada a esconder, e talvez a diretora tivesse. Em poucos minutos eu estava com a diretora diante de mim, ladeada pela manda chuva da congregação.

A conversa só poderia ser tensa. Com o tom autoritário que lhe era peculiar, mas que ela escamoteava com um auto referido senso de

dever, a diretora voltou a me advertir em relação ao trote dos meninos, à minha anuência para as brincadeiras vis, a minha falta de “comando” sobre eles etc. Eu disse que tudo aquilo fazia parte de um ritual e tornei a explicar à religiosa as minhas condutas e motivações em casos como aquele. Foi quando a diretora falou em tom de escândalo sobre o “desaparecimento” de um aluno. Emendou dizendo que déramos sorte, pois o aluno em questão era seu filho e não houve nenhuma consequência mais séria. Eu ouvi a sua versão em silêncio e, ao final, simplesmente disse que ela estava mentindo, pois o seu filho estivera todo o tempo com ela. E passei a explicar a situação, sem mostrar as fotos. Ela se transtornou, levantou a voz, coisa que eu em nenhum momento fiz, e me disse que aquelas eram acusações graves, que eu deveria ter condições de provar. Caso contrário, exigiria da mantenedora que tomassem uma atitude em relação à minha conduta e à minha mentira, quem sabe até com uma demissão. A irmã, desconfiada, mas imaginando que algo aconteceria, me disse que a diretora tinha razão. Eu deveria ser capaz de provar uma acusação tão grave, uma vez que estava desautorizando a diretora da escola. Então, tomei as fotos que estavam em um envelope e as entreguei nas mãos da irmã, que as olhou com aparente indiferença. Em seguida, ofereceu-as para a senhora que, desconcertada, afirmava que muitas fotos foram tiradas naquela casa, e que não era possível precisar a data das mesmas. Eu disse, então, que também tinha colegas entre aquele grupo de pessoas. E que uma colega estava lá desde o começo, e disposta a confirmar a minha versão. A irmã me repreendeu dizendo que eu não deveria falar daquela maneira das minhas colegas, e deu o encontro por encerrado. Pedi desculpas, mas aproveitei e falei tudo o que pensava daquela pessoa: que era autoritária, manipuladora, mentirosa, e geria a escola como se fosse o banheiro da sua casa, e não, uma comunidade. Apelei: afirmei que a mentira não combinava com gente que se dizia professor e... católica, como aquelas pessoas

gostavam de se jactar. A religiosa se limitou a repreender a diretora, dizendo-se surpresa com o fato de tantas professoras estarem à beira da piscina, quando se tratava de uma atividade oficial da escola. Aquela observação não era correta, mas eu me calei. Transtornada, a diretora tentou, ainda, uma reunião em particular com a irmã, mas ela comunicou que o resultado daquele encontro seria levado à congregação da mantenedora e que não havia mais o que discutir.

Na semana seguinte eu fui comunicado de que a minha carga horária seria reduzida (eu era professor horista), e que não trabalharia mais com os alunos de 5^a. a 8^a. séries, mas apenas com as crianças menores e no contraturno dos alunos maiores, de modo que não teria mais contato com estes. Para mim era um golpe, pois eu tinha uma predileção pelo trabalho justamente com os pré-adolescentes e adolescentes, com quem tinha uma interação muito forte. Foi como uma tentativa de neutralizar a minha influência sobre eles, eu saberia depois pela boca de uma outra irmã com quem eu tinha boas relações. A diretora, poucos meses depois, foi afastada da sua função e retornou à condição de professora. No final daquele ano, tive novamente a minha carga horária reduzidíssima. Eu, que chegara a trabalhar quase que integralmente naquela escola, com todo tipo de atividade, passara a ter duas tardes de aulas semanais de Educação Física para as crianças pequenas. E não tinha outra perspectiva de emprego. Àquela altura a minha irmã já havia deixado a vida religiosa, mas em uma ocasião, observando a minha clara consternação, me disse que eu só não fora mandado embora pela minha longa trajetória dentro da escola. A própria madre superior defendera que eu deveria ter uma lição, mas que a escola não poderia abrir mão do trabalho que eu fazia. Comentara, ainda, para as suas companheiras de hábito, que eu dissera àquela diretora coisas que as irmãs tinham vontade de dizer, mas nunca tiveram a coragem.

Naquele dezembro, todo o sofrimento daquela situação se atenuou de uma maneira para mim surpreendente. Era 1992, e eu tinha ficado desempregado justamente no ano de nascimento da minha filha, Nayara, que tinha 6 meses de idade (segundo o acordo que eu fiz com a sua mãe, caso nascesse uma menina o nome seria da minha responsabilidade. Pesquisando um nome condizente com aquele projeto de felicidade, li em algum lugar que Nayara significaria “a mais bonita das estrelas do céu”. Pouco importava se era verdade! Para mim bastava: o meu céu estava repleto com aquela única estrela, o que ajudou a apaziguar muito dos meus desacertos daquele momento).

Aquele foi um ano, também, no qual fui muito “zoad” pelo fim do socialismo, do comunismo, do Partido, e teria que conviver com a ideia de que o capitalismo prevalecera. O Muro de Berlim caíra, a Perestroika era uma realidade. E eu ainda me sentia traído nos meus ideais educativos com os episódios da escola. Mas na formatura dos alunos das duas 8ª séries, na qual era costume a participação dos professores e das muitas irmãs, além das famílias, recebi uma homenagem candente. Uma aluna e um aluno por quem eu nutria um carinho enorme, leram publicamente um texto recuperando a trajetória da nossa convivência, que ali se encerrava, mas que havia durado quase dez anos. Não me contive e chorei compulsivamente, sendo amparado pelo meu irmão Júlio, que me acompanhava, por vários colegas e pais de alunos. Era como se eu estivesse redimido de uma grande injustiça. Pois, a despeito de todos os erros cometidos por mim ao longo daquela trajetória de professor, inclusive, quem sabe, sendo tolerante com aqueles “trotos”, nada poderia ser mais confortante do que a afirmação de uma cumplicidade – que eu não tinha com muitos colegas, nem com todas as irmãs, menos ainda com aquela diretora. Também não a tinha com todos os alunos, é certo. Mas por muito tempo eu defendera a ideia de que os alunos são a

razão de ser de uma escola. Que muitos dos seus problemas, da mais simples rebeldia aos atos de violência, os quais explodem sempre nos e pelos corpos, deveriam servir de mapas para tentarmos compreender melhor o que é preciso mudar para que a escola seja um lugar ao menos aprazível. Eles sabiam dos meus muitos limites ou equívocos como professor, muitas vezes tivemos problemas, alguns até mesmo graves. Mas também sabiam que eu jamais traíra a sua confiança manipulando, mentindo ou dissimulando quando era interpelado pelos seus pais ou pela escola sobre as suas atitudes. Eu os valorizava, pois aquilo era, e continua sendo, um valor. Havia diálogo e respeito naquela convivência. E naquela formatura, que era a festa deles, mais do que homenageado, eu me senti respeitado e valorizado.

Foi um momento difícil. Sem trabalho suficiente, graças à intervenção do pai de alunos meus com quem tinha uma excelente relação, fui trabalhar na Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, como treinador das equipes de handebol da cidade. Era um emprego por indicação, desses que os políticos usam para manter os seus currais eleitorais, e o salário era uma lástima. Mas aquilo me mantinha com algum provento e, de alguma forma, mantinha a minha dignidade. Depois da superação dos conflitos inerentes às miseráveis disputas internas na Prefeitura, foi uma experiência muito boa, ao final. Acabei trabalhando basicamente com a equipe masculina do município. Eram adolescentes e jovens majoritariamente de famílias pobres, muitos da periferia, que tinham no esporte uma razão para seguir vivendo. Como aquela era uma equipe de competição, as questões educativas passavam por outros caminhos diferentes das práticas escolares. No curto tempo em que convivi com aqueles jovens tivemos uma relação muito intensa. Eles se orgulhavam do seu excelente desempenho esportivo no plano estadual e me achavam um excelente técnico. Eu, que pouco sabia de treinamento esportivo,

conseguia valorizar cada iniciativa de todos eles, o que redundava em bons resultados.

Uma das minhas primeiras conversas com eles naquele sentido se deu em um campeonato estadual realizado no interior do Estado, quando enfrentaríamos a equipe de Curitiba em um jogo eliminatório. Alguns deles achavam impossível vencer Curitiba, pois viviam na periferia da cidade e pensavam desde a periferia da autoestima. Simplesmente disse-lhes para fazerem o que sabiam fazer, pois a nossa equipe era igual à da capital. Sendo igual, venceria quem tivesse menos medo. Foi bonito, pois vencemos por dois gols, na prorrogação, e aqueles jovens, alguns com 17, 18 anos, choravam como crianças. Aquilo nada tinha a ver com o que eu estava acostumado a fazer, mas não era indiferente observar as reações de jovens atletas em relação aos seus limites e às possibilidades dos seus corpos. Ali pulsavam os corpos, as suas possibilidades, as suas limitações. Ali pulsava a juventude. Daqueles meninos que sonhavam em ser atletas de alto nível, mesmo com uma vida penível desafiando os seus desejos. Mas também a juventude de um professor de Educação Física que via a escola não apenas como um lugar, mas uma experiência; que via os corpos não como máquinas de repetição, mas em toda a sua expressividade. Que via, por fim, os indivíduos não como meros alunos ou atletas, mas como sujeitos capazes de fazer a vida valer a pena.

É difícil saber se eu repetiria aquelas experiências, hoje. É provável que não. E não apenas porque hoje sou outra pessoa, outro professor, mas principalmente porque vivemos um tempo de absoluta intolerância com o diferente, no qual se nutre raiva ou indiferença pelos professores e o seu trabalho. Além disso, o culto ao modelo de corpo forte, viril e bonito, que obsessivamente assola a nossa cultura, nada tem a ver com aqueles corpos desregrados e desalinhados que me fizeram crer na potência formativa da escola. Não sei se a

sociedade aceitaria aquele trabalho. Não sei se ainda teria coragem de fazê-lo.

Referências

O HOMEM Elefante. Direção de David Lynch. Reino Unido, Estados Unidos: Brookfilms, 1980. 1 DVD (124 min.).

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. A corporalidade do educando como referência principal da formação de professores de educação Física na UFPR: uma proposta de formação aliada à pesquisa. In: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**, 1999, Florianópolis. Educação Física/Ciências do esporte: intervenção e conhecimento. Florianópolis: CBCE, 1999. v. 3. p. 781-1639.

_____. Práticas pedagógicas da Educação Física nos tempos escolares: a corporalidade como termo ausente?. In: Valter Bracht; Ricardo Crisório. (Org.). **A Educação Física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectivas.** 1ed. Campinas: Autores Associados, 2003, v. 1, p. 153-177.

